

RECURSO ESPECIAL Nº 1.319.027 - PE (2012/0075524-3)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF
RECORRIDO : ELIZABETH APARECIDA MOTINAGA SATO E OUTROS
ADVOGADO : JOSÉ GOMES DA ROCHA - PE009910

DECISÃO

ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PCCS. DIFERENÇAS SALARIAIS. LEGITIMIDADE PASSIVA DO INSS. SÚMULA 7/STJ. PRESCRIÇÃO. DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL DO INSS A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pelo INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, no qual se insurgiu contra acórdão do egrégio Tribunal Regional Federal da 5a. Região, por seu *caput* assim ementado (fls. 390):

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR. INSS. DIFERENÇAS SALARIAIS DEVIDAS A TÍTULO DE ADIANTAMENTO DO PCCS, REFERENTE AO PERÍODO DE 01.01.91 ATÉ 01.12.93. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE. CORREÇÃO MONETÁRIA. EDIÇÃO DA LEI 11.960/2009. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ARBITRADOS EM 10% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO.

2. Nas razões de seu Apelo Nobre inadmitido, a parte recorrente apontou violação dos arts. 12, § 2o. da Lei 10.480/2002, 9o. do Decreto 20.910/1932, 3o. do Decreto-Lei 4.597/1942, 535, II do CPC, ao argumento da ilegitimidade *ad causam* passiva do INSS e *que, passada em julgado a sentença proferida no processo de conhecimento, teriam ao Apelados dois anos e meio para ajuizar a ação executiva ou a competente ação de conhecimento para cobrança do crédito devido. Entrementes, a demanda de conhecimento somente veio a ser ajuizada perante a Justiça Federal em 14/09/2005, ou seja, após mais de 14(quatorze) anos do trânsito em julgado da sentença trabalhista* (fls. 413).

3. É o relatório.

4. Inicialmente, quanto à ilegitimidade passiva do INSS, o acórdão recorrido entendeu pela legitimidade do INSS nas causas em que se discute complementação de aposentadoria de Servidor. Assim, a alteração dessas conclusões, na forma pretendida, demandaria necessariamente a incursão no acervo fático-probatório dos autos. Contudo, tal medida encontra óbice na Súmula 7 do STJ, segundo a qual a pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial. Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO AO SENAI. EMPRESAS PRESTADORAS DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL. LEGITIMIDADE DO SENAI. ENTENDIMENTO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA.

1. *O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que "[...] as empresas prestadoras de serviços no ramo da construção civil estão sujeitas às contribuições para o SESI/SENAI, por se enquadrarem no conceito de empresa industrial" (AgRg no REsp 1.089.935/CE, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 27/5/2010). Precedentes.*

2. *O Senai tem legitimidade para exigir o adicional que lhe é devido, nos termos da jurisprudência deste Tribunal. Precedentes.*

3. *Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp. 1.197.781/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 7.10.2019).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. EMPRÉSTIMO CONSIGNADO FRAUDULENTO. INDENIZAÇÃO. LEGITIMIDADE E RESPONSABILIDADE DO INSS. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. *O Tribunal a quo, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, entendeu pela legitimidade passiva do INSS e por sua responsabilidade, no caso, em virtude de inércia no controle e fiscalização dos negócios, consistentes em empréstimos consignado fraudulentos.*

2. *Assim, insuscetível de revisão, em recurso*

Superior Tribunal de Justiça

especial, o referido entendimento, porquanto tal providência depende da reavaliação de fatos e provas, o que encontra óbice na Súmula 7 desta Corte. Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.363.502/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 2.5.2013).

5. No tocante à prescrição, o Tribunal *a quo* entendeu o seguinte:

Rejeito a prejudicial de prescrição, tendo em vista que a reclamação trabalhista estava em curso na Justiça Especializada do Trabalho, havendo trânsito em julgado em 14.10.2004, sendo a presente lide ajuizada em 14.09.2005, há menos de 5 anos, portanto.

6. Nesse contexto, não se presta a estreita via especial para reformar o entendimento da Corte de origem quanto ao momento do trânsito em julgado da Reclamação Trabalhista, pois é necessária a incursão no acervo probatórios dos autos, providência vedada em Recurso Especial, a teor da Súmula 7 do STJ. A propósito:

TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. PRESCRIÇÃO. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DO TRIBUTO. PRECEDENTES. REVERSÃO DO JULGADO. ÓBICE NAS SÚMULAS 7/STJ E 280/STF.

(...)

4. *A alegação da agravante de que o crédito foi constituído em 15/12/2008 contradiz a conclusão das instâncias ordinárias, de modo que eventual modificação da julgado quanto à questão prescricional demandaria incursão na seara fática dos autos, inviável na via estreita do recurso especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ, além de análise da legislação local quanto à forma de constituição do crédito de IPVA, o que esbarra nas disposições da Súmula 280/STF.*

Agravo regimental improvido (AgRg no REsp. 1.484.156/SC, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 17.11.2014).

2 2 2

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. IPVA. PRESCRIÇÃO DECLARADA PELO TRIBUNAL A QUO. CONTROVÉRSIA ACERCA DA DATA DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO DESPROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. *O ora agravante alegou no Recurso Especial que os créditos tributários de IPVA referentes aos exercícios de 2001 e 2002 não estão prescritos porque o lançamento (constituição definitiva) ocorreu em 14.12.2006 e a Execução Fiscal foi ajuizada em 13.03.2008.*

2. *Ao contrário, o Tribunal a quo sustentou que, segundo a CDA, o IPVA referente aos exercícios de 2001 e 2002 foram considerados exigíveis pelo próprio Fisco a partir de junho 2001 e 2002, respectivamente, datas, portanto, da constituição definitiva dos créditos.*

3. *Para se afastar os fundamentos do acórdão recorrido e acatar a tese de que a constituição definitiva ocorreu em 14.12.2006 é necessário o reexame de provas. Incidência, portanto, da Súmula 7 do STJ.*

4. *Agravo Regimental desprovido (AgRg no REsp. 1.144.036/PE, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 4.6.2012).*

7. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial do INSS.

8. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR